

O homem que substituiu Paulo Freire

Aconteceu entrevistou Mário Sérgio Cortella, secretário de Educação do município de São Paulo, ocupante atual do cargo que foi de Paulo Freire na gestão de Lúza Erundina. Aqui ele nos explica as marcas que o grande educador deixou na rede escolar paulistana, suas diretrizes e dinâmica.

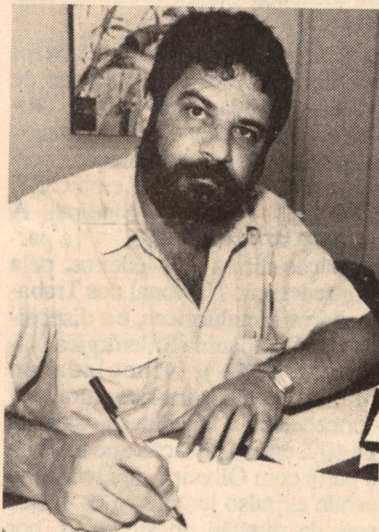
■ Quais são as suas funções, numa secretaria de Educação que é dirigida por um colegiado?

Cortella - Uma é coordenar os trabalhos, em última instância assumindo a responsabilidade pela execução. A segunda é executiva: eu não sou apenas o secretário, também faço parte do governo da cidade. Como a secretaria de Educação tem que relacionar-se com outras, cabe a mim representá-la junto ao governo e também levar as demandas. Essa é a dupla tarefa do secretário. É a mesma que Paulo Freire desenvolvia até maio, com uma diferença: Freire estabelecia uma dimensão mais internacional ao trabalho, trazendo a discussão de como o trabalho estava sendo compreendido em outros fóruns de educação que não exclusivamente aqui, na cidade e no Brasil.

■ Sua secretaria tem quatro prioridades: democratização da gestão, do acesso, nova qualidade de ensino e educação de jovens e adultos. Mas somente esta última parece ser um diferencial, pelo menos em relação à gestão Mário Covas (83-85). Há uma linha de continuidade, interrompida com a passagem do Jânio Quadros (86-88) pela prefeitura?

Cortella - Algumas coisas são continuidade, pelo fato do trabalho feito no governo Covas ter sido desenvolvido por um grupo de educadores que tinham uma visão progressista. Mas a democratização é um diferencial forte. Durante o governo Covas não foram estabelecidos colegiados e, no seu final, foi aprovado o Regimento Comum das Escolas que criava, entre outras coisas, os Conselhos de Escolas. Eles não chegaram a ser ativados. A democratização da gestão, que era uma idéia no governo Covas e era uma ausência no governo Jânio, é uma presença efetiva no nosso cotidiano. Também há um diferencial na qualidade de ensino, na medida em que estamos fazendo um trabalho de reorientação curricular que não foi feito nos governos

Mário Novaes



anteriores. Existe também a prioridade da alfabetização de jovens e adultos, que no governo Covas era feita pela Secretaria de Bem-estar Social.

■ O que você destacaria como a marca da orientação de Freire no ensino municipal?

Cortella - Principalmente a democratização da gestão e a do acesso. Elas são pressupostos da metodologia e da filosofia de educação de Paulo Freire. É a marca central, reconhecida inclusive pelos nossos opositores.

Hoje, o clima entre os educadores é um clima de liberdade. Paulo Freire não é o pedagogo da liberdade por casualidade, no momento que ele vem para a prefeitura, ele traz esse clima para a equipe de governo e para a rede de ensino. É um homem sem medo, precisa ter muita coragem para propor o Mova (Movimento de Alfabetização) com a articulação que foi feita com os movimentos de educação, onde há vários grupos políticos ou religiosos. Manifestou coragem no momento em que assumiu uma rede formal de ensino num contexto não revolucionário, na maior cidade da América do Sul, na maior crise do capitalismo brasileiro.

■ Como a secretaria se propõe realizar a prioridade da democratização do acesso?

Cortella - O analfabetismo adulto é muito alto, por volta de 1,2 milhão. Como a cidade recebe 300 mil pessoas por ano em média, há uma demanda reprimida por vagas para crianças de 7 a 14 anos, estimada em 300 mil. Dessas 300 mil, na divisão entre os poderes, 200 mil caberiam ao governo do estado e 100 mil ao municipal. Significa que hoje a prefeitura deve construir pelo menos 70 escolas para zerar esse déficit. Nós estamos terminando 20 e necessitamos construir mais 50 e a prefeitura não tem os recursos. Ela não recebe repasse do governo federal, embora devesse receber. Neste ano, vai ser arrecadado, na cidade, um montante em Salário Educação que é muito maior que o orçamento inteiro da Secretaria Municipal de Educação, mais de Cr\$ 200 bilhões. Sabe quanto fica no município? Nada. E a função do Salário Educação é exatamente a manutenção do ensino fundamental. Em três anos, recebemos Cr\$ 100 milhões, que dá para fazer 1/3 de uma escola. É que 2/3 do Salário Educação ficam com o governo do estado, 1/3 com o federal que repassa aos municípios mediante projetos, cuja composição, evidentemente, é política. Estamos lutando junto ao governo federal para um financiamento de Cr\$ 14 bilhões do Salário Educação, para a construção dessas escolas. É curioso que ele lance um projeto megalomaníaco de construção de 5.000 Ciacs (Centros Integrados de Atenção à Criança) no país e negue recursos para 50 escolas, na cidade que gera o maior percentual de Salário Educação. Além da construção, uma segunda frente é a recuperação de parte da rede física que está deteriorada, pois quando se recupera a rede estrutural, aumenta o número de crianças nas escolas. Uma terceira dimensão para o enfrentamento do problema da demanda é a construção de alguns equipamentos a partir de mutirões.